

3.2 — A entidade gestora do SCE dará conhecimento, por escrito, no prazo de 30 dias do despacho que recair sobre o pedido de reconhecimento.

3.3 — Os pedidos de renovação do reconhecimento deverão ser apresentados à entidade gestora do SCE até 45 dias antes do termo de cada período, devendo a EI fazer entrega da documentação que for exigida pela entidade gestora do SCE.

4 — O reconhecimento será cancelado sempre que deixem de se verificar os requisitos que determinaram a sua concessão.

4.1 — O seguro de responsabilidade civil será atualizado em cada ano civil, mediante a aplicação do índice de preços no consumidor, no continente, sem habitação.

5 — São considerados habilitados para exercer as funções de diretor técnico das entidades inspetoras os grupos profissionais seguintes:

- a) Engenheiro eletrotécnico;
- b) Engenheiro técnico de eletrotecnia ou equiparado.

5.1 — São considerados habilitados para exercer as funções de inspetor das entidades inspetoras os grupos profissionais seguintes:

- a) Engenheiro eletrotécnico;
- b) Engenheiro mecânico;
- c) Engenheiro técnico de eletrotecnia ou equiparado;
- d) Engenheiro técnico de máquinas;
- e) Eletricista com o curso de eletricista, montador eletricista ou equiparado com pelo menos quatro anos de experiência na manutenção de instalações.

6 — Os projetistas, fabricantes, fornecedores, montadores e conservadores de instalações, ou qualquer seu mandatário ou trabalhador, não podem ser sócios, gerentes ou acionistas das EI nem exercer o cargo de diretor técnico, inspetor ou funcionário administrativo das mesmas.

6.1 — Os técnicos das EI que tenham pertencido aos quadros das entidades fabricantes, instaladoras ou de manutenção não poderão, no prazo de um ano a partir da data em que deixem de fazer parte dos respetivos quadros, exercer as atividades previstas neste anexo em instalações que tenham sido fabricadas, instaladas ou conservadas por aquelas.

6.2 — As EI não podem exercer outras atividades diretamente relacionadas com as instalações abrangidas pelo presente diploma.

7 — As EI estão abrangidas pelo segredo profissional relativamente às informações obtidas no exercício das suas funções, exceto em relação às entidades oficiais competentes no âmbito do presente anexo.

8 — A entidade gestora do SCE é responsável pelo acompanhamento do exercício da actividade da EI.

8.1 — No âmbito do acompanhamento previsto no número anterior podem ser realizadas auditorias.

8.2 — As auditorias previstas no número anterior podem ser realizadas pela entidade gestora do SCE ou pelas direções regionais de energia na respetiva área de atuação.

8.3 — O relatório da auditoria pode propor a suspensão temporária ou a retirada definitiva do reconhecimento, a decidir por despacho da entidade gestora do SCE.

8.4 — As EI devem elaborar relatórios anuais, contemplando as atividades desenvolvidas, os quais devem ser entregues na entidade gestora do SCE até ao final do mês de Janeiro do ano seguinte àquele a que respeitam.

9 — As EI devem informar, por escrito, a entidade gestora do SCI no caso de os proprietários não cumprirem as suas determinações, se entenderem que essa situação põe em risco a segurança de pessoas ou de bens.

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A

Exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores

O exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores é regulado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/88/A, de 6 de abril, sendo, posteriormente, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 40/92/A, de 7 de outubro, mantendo-se estes dois diplomas inalterados até aos dias de hoje.

Passados mais de vinte anos, fruto de significativas alterações no contexto industrial, bem como das melhores práticas para uma administração regional autónoma moderna e inclusiva, impõem-se, novas exigências e desafios, tanto aos intervenientes públicos como à iniciativa privada da Região.

Esta iniciativa legislativa constitui-se como mais uma medida representativa do empenho do Governo dos Açores em criar as melhores condições às nossas empresas para afirmarem a sua competitividade, a sua capacidade de criar e de manter empregos, ao mesmo tempo que consolida a produtividade da Região e a respetiva capacidade exportadora.

Assim, esta alteração representa, primeiramente, um claro reforço da iniciativa privada e da consequente responsabilização do empresário, seja através da possibilidade de dispensa da licença de instalação ou da possibilidade de início de exploração de unidades industriais previamente à vistoria final.

Acresce que a reformulação do regime jurídico aplicável ao licenciamento do exercício da atividade industrial passa a ser enquadrada, igualmente, no objetivo transversal da desmaterialização dos processos e desburocratização administrativa, simplificando procedimentos, reduzindo, significativamente, os prazos de resposta e, com isso, diminuindo os seus custos associados, o que se traduz num ganho efetivo de competitividade do setor.

Além disso, passa a garantir-se que todo o processo de licenciamento seja conduzido pelos serviços com competência em matéria de indústria, que se manterão como interlocutor único junto do empresário para efeitos do licenciamento da instalação, alteração e exploração do estabelecimento industrial.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República e do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

O exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores rege-se pelas normas estabelecidas no presente diploma.

Artigo 2.º

Âmbito

1 — O presente decreto legislativo regional aplica-se às atividades industriais previstas no anexo ao presente diploma, do qual é parte integrante.

2 — Excluem-se do âmbito de aplicação do presente diploma as atividades industriais inseridas em estabelecimentos comerciais ou de restauração ou bebidas, nos termos e com os limites previstos nos respetivos regimes jurídicos.

Artigo 3.º

Definições

a) «Atividade industrial», atividade económica prevista na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE — Rev. 3), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro;

b) «Atividade industrial temporária», atividade exercida durante um período de tempo não superior a dois anos, destinada à execução de um fim específico pontual, implantada ou não sobre uma estrutura móvel, e que não se inclua nos regimes específicos de avaliação do impacto ambiental, prevenção e controlo integrados da poluição, bem como de controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvam substâncias perigosas;

c) «Entidade fiscalizadora», entidade a quem compete a fiscalização do cumprimento das regras disciplinadoras do exercício da atividade industrial;

d) «Estabelecimento industrial», totalidade da área coberta e não coberta sob responsabilidade do industrial, onde seja exercida uma ou mais atividades industriais, independentemente da sua dimensão, do número de trabalhadores, do equipamento ou de outros fatores de produção;

e) «Industrial», pessoa singular ou coletiva que pretenda explorar, ou seja responsável pela exploração de um estabelecimento industrial, ou que nele exerça, em seu próprio nome, atividade industrial;

f) «Interlocutor e responsável técnico do projeto», pessoa ou entidade designada pelo industrial para efeitos de demonstração de que o projeto se encontra em conformidade com a legislação aplicável e para o relacionamento com a entidade licenciadora e demais entidades intervenientes no processo de licenciamento industrial;

g) «Licença de exploração industrial», decisão escrita relativa à autorização ou aprovação de exploração dos estabelecimentos industriais emitida pela direção regional com competência em matéria de indústria;

h) «Licença de instalação ou alteração», decisão escrita relativa à autorização para instalar ou alterar um estabelecimento industrial, emitida pela direção regional com competência em matéria de indústria.

Artigo 4.º

Princípios Orientadores

1 — O industrial deve garantir o respeito, designadamente, pelas seguintes regras e princípios:

a) Adotar as melhores técnicas disponíveis e princípios de eficiência energética e ecológica;

b) Proceder à avaliação do risco associado à sua atividade e adotar regras de prevenção de acidentes e minimização dos seus efeitos;

c) Adotar medidas higio-sanitárias legalmente estabelecidas para o tipo de atividade, ou determinadas pelas

entidades competentes, de forma a salvaguardar a saúde pública;

d) Adotar as medidas necessárias para evitar riscos em matéria de segurança e poluição, por forma a que o local de exploração seja colocado em estado aceitável na altura da desativação definitiva do estabelecimento industrial;

e) Adotar medidas de prevenção e controlo no sentido de eliminar ou reduzir os riscos suscetíveis de afetar as pessoas e bens, garantindo as condições de segurança e saúde no trabalho, bem como o respeito pelas normas ambientais, minimizando as consequências de eventuais acidentes.

2 — O industrial é o único responsável por eventuais distúrbios, ou acidentes, que resultem direta ou indiretamente, do incumprimento das normas legais aplicáveis à atividade industrial por si exercida.

3 — Sempre que seja detetada alguma anomalia no funcionamento do estabelecimento, o industrial deve tomar as medidas adequadas para corrigir a situação e, se necessário, suspender a laboração, devendo comunicar imediatamente esse facto à direção regional com competência em matéria de indústria.

CAPÍTULO II

Processo de licenciamento

Artigo 5.º

Licenciamento

1 — A instalação, alteração e exploração de estabelecimentos industriais estão sujeitas a licenciamento por parte da direção regional com competência em matéria de indústria.

2 — A direção regional com competência em matéria de indústria é o interlocutor único do industrial e entidade coordenadora, para efeitos de licenciamento da instalação, alteração e exploração do estabelecimento industrial.

Artigo 6.º

Localização

1 — Os estabelecimentos devem localizar-se em zonas industriais, ou outras localizações previstas para utilização industrial nos planos municipais de ordenamento do território.

2 — Os estabelecimentos industriais, independentemente da tipologia de licenciamento, podem ainda instalar-se em áreas de localização empresarial, servidões militares, zonas portuárias e anexos de pedreira, de acordo com a respetiva legislação específica.

3 — Os estabelecimentos industriais a instalar fora de zonas industriais, em localizações previstas em plano diretor municipal para utilização industrial, carecem de prévia autorização de localização emitida pela respetiva câmara municipal.

4 — Os pedidos de licença de alteração industrial que não impliquem mudança de localização, não carecem de autorização de localização da respetiva câmara municipal.

5 — Os estabelecimentos a localizar em zona portuária, ou em área de servidão militar carecem de autorização prévia de localização a emitir pelas entidades que detêm a jurisdição sobre aquelas zonas.

Artigo 7.º

Licença de instalação ou alteração

1 — O pedido de licença de instalação ou alteração deve ser remetido aos serviços da administração regional com competência em matéria de indústria, devidamente instruído nos termos previstos no presente diploma e em diploma regulamentar.

2 — Para efeitos de licenciamento, os estabelecimentos industriais integram-se numa tipologia a definir de acordo com a sua dimensão, estando isentos de licenciamento prévio, os estabelecimentos de menor dimensão e os cuja atividade exercida não se revista de especial perigosidade para o ambiente, pessoas e bens.

3 — No caso do estabelecimento estar sujeito aos regimes específicos a seguir mencionados, o pedido de licenciamento só se considera devidamente instruído se for acompanhado da documentação necessária:

a) Declaração de impacte, ou licença ambiental, emitida nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro;

b) Para operações de gestão de resíduos sujeitas a licenciamento industrial e não abrangidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, parecer vinculativo emitido pela autoridade ambiental;

c) Pedido de licença de rejeição de águas residuais, nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, e demais legislação específica aplicável;

d) Quaisquer outros elementos que venham a ser previstos em diplomas legais aplicáveis à atividade industrial.

4 — A documentação referida na alínea *a)* do número anterior é substituída, respetivamente, pelo estudo de impacte ambiental e resumo não técnico, e pelo pedido de licença ambiental e resumo não técnico, previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, caso o industrial opte por dar início ao procedimento ali previsto em simultâneo com o processo de licenciamento a que se refere o presente artigo.

5 — No caso do estabelecimento industrial estar sujeito a autorização de localização, o pedido de licenciamento só poderá ser considerado devidamente instruído com a junção do respetivo pedido de certidão de autorização de localização.

6 — A entidade competente para emitir a licença, no prazo de 10 dias úteis, remete o projeto para parecer, às entidades com atribuições nas áreas do ambiente, higiossanitárias, saúde, higiene e segurança no trabalho, ou quaisquer outras que entenda necessário.

7 — As entidades referidas no número anterior devem emitir parecer no prazo de 20 dias úteis, equivalendo o respetivo silêncio a deferimento tácito, salvo quando se trate de projetos sujeitos a procedimento de avaliação de impacte ambiental e a procedimento de licença ambiental, casos em que o prazo é o estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.

8 — A licença de instalação ou de alteração de estabelecimento industrial é emitida pela direção regional com competência em matéria de indústria e integra, obrigatoriamente, as condições e exigências impostas pelas entidades consultadas, ou quaisquer outras que a entidade licenciadora entenda convenientes.

9 — A licença de instalação ou de alteração de estabelecimento industrial tem a duração de um ano, a contar da data da sua emissão, podendo ser renovada por períodos

de um ano, até ao máximo de 3 renovações, podendo ser prorrogado este prazo por razões não imputáveis ao empresário.

Artigo 8.º

Tipologia

1 — Os estabelecimentos industriais são classificados em três tipos, nos termos seguintes:

a) Integram o Tipo 1 os estabelecimentos industriais que preencham, pelo menos, um dos seguintes indicadores:

- i)* Potência elétrica contratada superior a 100 kVA;
- ii)* Número de trabalhadores superior a 20.

b) Integram o Tipo 2 os estabelecimentos industriais que preencham, pelo menos, um dos seguintes indicadores:

- i)* Potência elétrica contratada igual ou inferior a 100 kVA e superior a 25 kVA;
- ii)* Número de trabalhadores igual ou inferior a 20 e superior a 4.

c) Integram o Tipo 3 os estabelecimentos industriais que estejam abrangidos, cumulativamente, pelos seguintes indicadores:

- i)* Potência elétrica contratada igual ou inferior a 25 kVA;
- ii)* Número de trabalhadores igual ou inferior a 4;
- iii)* Área coberta até 200 m²;
- iv)* Estabelecimentos cuja atividade exercida não se revista de especial perigosidade para o ambiente, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, listas I e II do Anexo XIX.

2 — Integram também o Tipo 1 todos os estabelecimentos industriais, independentemente da potência elétrica contratada e do número de trabalhadores, que se encontrem abrangidos por, pelo menos, uma das seguintes circunstâncias:

a) Declaração de impacte, ou licença ambiental, emitida nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro;

b) Operações de gestão de resíduos, nomeadamente as previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, quando estejam em causa resíduos perigosos, de acordo com a definição constante da alínea *bbbb)* do n.º 1 do artigo 4.º, conjugado com o Anexo III daquele diploma.

3 — Os estabelecimentos de Tipo 3 estão isentos de licença de instalação, podendo ser isentos, igualmente, outros estabelecimentos de maior dimensão, desde que cumpridos os requisitos referidos no n.º 2 do artigo anterior, e mediante processo a instruir nos termos a definir em decreto regulamentar regional.

Artigo 9.º

Licença de exploração

1 — A licença de exploração é emitida mediante a verificação, por vistoria, da conformidade da instalação ou alteração do estabelecimento industrial com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

2 — As condições de exploração dos estabelecimentos industriais estão sujeitas a reapreciação, mediante vistoria,

com a consequente atualização da respetiva licença de exploração industrial.

3 — Sem prejuízo dos casos previstos no número seguinte, a exploração de um estabelecimento industrial inicia-se independentemente da emissão da respetiva licença, nas condições a definir em diploma regulamentar e desde que já tenha sido requerida a vistoria referida no n.º 1 do presente artigo.

4 — Fica condicionada à emissão da licença de exploração:

a) A exploração de estabelecimentos industriais abrangidos pelo disposto no artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro;

b) A exploração de estabelecimentos industriais abrangidos pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 20/2007/A, de 23 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/2008/A, de 12 de maio;

c) Operações de gestão de resíduos, nomeadamente, as previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, quando estejam em causa resíduos perigosos, de acordo com a lista europeia de resíduos;

d) A exploração de qualquer estabelecimento industrial onde se exerça uma atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal.

Artigo 10.º

Reclamações

1 — Qualquer pessoa pode apresentar reclamações, devidamente fundamentadas, relativas à instalação, alteração, exploração e desativação de qualquer estabelecimento industrial, junto da entidade licenciadora, ou da entidade a quem caiba a salvaguarda dos direitos e interesses em causa, que a transmite àquela acompanhada de um parecer fundamentado.

2 — A entidade licenciadora toma as providências necessárias, nomeadamente através de vistorias, para análise e decisão das reclamações, garantindo a audição do interessado e envolvendo ou consultando, sempre que tal se justifique, as entidades a quem caiba a salvaguarda dos direitos e interesses em causa.

3 — A entidade licenciadora dá conhecimento ao industrial, ao reclamante e às entidades consultadas da decisão tomada.

4 — As vistorias mencionadas no n.º 2 podem ser solicitadas à entidade licenciadora por qualquer entidade a quem caiba a salvaguarda dos direitos e interesses em causa.

Artigo 11.º

Registo

Todas as unidades industriais na Região integram, obrigatoriamente, um registo, nos termos a definir por portaria do membro do Governo Regional com competência em matéria de indústria.

CAPÍTULO III

Fiscalização e medidas cautelares

Artigo 12.º

Fiscalização

1 — A fiscalização do disposto no presente diploma, e demais legislação regulamentar, compete à direção regional

com competência em matéria de indústria, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades em domínios específicos.

2 — As autoridades administrativas e policiais devem colaborar na fiscalização do disposto no presente diploma.

3 — O industrial, ou qualquer outra pessoa responsável pela exploração do estabelecimento deve facultar à entidade fiscalizadora a entrada nas suas instalações, bem como fornecer todas as informações e elementos que lhe sejam solicitados.

Artigo 13.º

Medidas cautelares

Sempre que seja detetada uma situação de perigo grave para a saúde pública, para a segurança de pessoas e bens, para a higiene e segurança nos locais de trabalho, ou para o ambiente, os serviços da direção regional com competência em matéria de indústria devem, de imediato, tomar as medidas adequadas para eliminar ou prevenir a situação de perigo, podendo, designadamente, determinar a suspensão da atividade, ou o encerramento preventivo do estabelecimento, no todo ou em parte, bem como a apreensão de todo ou parte do equipamento, mediante selagem, por prazo que não pode ultrapassar os quatro meses.

Artigo 14.º

Interrupção do fornecimento de energia elétrica, água e comunicações

A entidade fiscalizadora pode notificar as entidades distribuidoras de energia elétrica, água ou de comunicações para interromper o fornecimento destes serviços a qualquer estabelecimento industrial, sempre que se verifique:

- a) Oposição às medidas cautelares previstas no artigo anterior;
- b) Quebra de selos apostos no equipamento;
- c) Reiterado incumprimento das medidas ou condições impostas para a exploração.

Artigo 15.º

Cessação das medidas cautelares

1 — A cessação das medidas cautelares previstas no artigo 13.º é determinada, a requerimento do interessado, após vistoria ao estabelecimento a realizar pela entidade fiscalizadora, no decorrer da qual se demonstre terem cessado as situações que lhes deram causa, sem prejuízo do prosseguimento dos processos criminais e de contraordenação já iniciados.

2 — No caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica, água ou de comunicações, estes serviços devem ser restabelecidos mediante comunicação escrita da entidade fiscalizadora à entidade distribuidora respetiva.

3 — Sempre que o proprietário, ou o detentor legítimo do equipamento apreendido requeira a sua desselagem, demonstrando documentalmente o propósito de proceder à sua alienação, em condições que garantam que o destino que lhe vai ser dado não é suscetível de originar novas infrações ao presente diploma, a entidade fiscalizadora pode autorizar essa desselagem, independentemente de vistoria.

CAPÍTULO IV

Sanções

Artigo 16.º

Contraordenações e coimas

1 — Constitui contraordenação punível com coima cujo montante pode variar entre o mínimo de € 250 e máximo de € 10 000 para as pessoas singulares, e o mínimo de € 500 e o máximo de € 45 000 para as pessoas coletivas, salvo a aplicabilidade de outros regimes sancionatórios mais gravosos previstos em diplomas específicos para as infrações em causa:

a) A instalação ou alteração de um estabelecimento industrial sem que tenha sido efetuado o pedido a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º, ou sem que haja sido emitida a licença a que se refere o n.º 8 do mesmo artigo;

b) O início da exploração de um estabelecimento industrial em violação do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º;

c) A inobservância dos termos e condições legais e regulamentares de exploração do estabelecimento industrial fixados na licença a que se refere o n.º 1 do artigo 9.º, ou aquando da sua reavaliação, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo;

d) A inobservância das obrigações previstas no artigo 11.º;

e) A inobservância do disposto no n.º 3 do artigo 12.º;

f) O não cumprimento do disposto no artigo 14.º pelas entidades distribuidoras de energia elétrica, água ou de comunicações.

2 — Nos casos das infrações referidas na alínea *a)* do número anterior, ou de reincidência, os valores mínimos das coimas aplicáveis passam para o dobro.

3 — A negligência e a tentativa são puníveis.

Artigo 17.º

Sanções acessórias

1 — Podem ainda ser aplicadas, simultaneamente com a coima, as seguintes sanções acessórias, em função da gravidade da infração e da culpa do agente:

a) Perda, a favor da Região, de equipamentos, máquinas e utensílios utilizados na prática da infração;

b) Privação do direito a subsídios ou benefícios outorgados por entidades ou serviços públicos;

c) Privação do direito de concorrer ao fornecimento de bens e serviços, no âmbito das regras da contratação pública;

d) Privação do direito de participar em feiras ou mercados oficiais;

e) Suspensão da licença de exploração;

f) Encerramento do estabelecimento e instalações.

2 — As sanções previstas nas alíneas *b)* a *e)* têm a duração máxima de dois anos, contados a partir da decisão condenatória.

3 — O reinício da atividade fica dependente do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 9.º

Artigo 18.º

Competência sancionatória

1 — O processamento das contraordenações compete às entidades fiscalizadoras, no âmbito das respetivas atribuições.

2 — A aplicação das coimas e sanções acessórias previstas no presente diploma são da competência do diretor regional com competência em matéria de indústria.

3 — É admitido recurso das coimas e sanções acessórias aplicadas para o membro do Governo Regional com competência em matéria de indústria.

Artigo 19.º

Destino da receita das coimas

1 — A receita das coimas aplicadas no âmbito do presente diploma constitui receita própria da Região, sem prejuízo do disposto no número seguinte:

2 — Quando os autos de notícia forem de iniciativa de entidade diversa da administração regional autónoma, a receita das coimas reverte em 10 % a favor daquelas.

CAPÍTULO V

Taxas

Artigo 20.º

Taxas e despesas de controlo

1 — Aquando do pedido de vistoria, relativo à emissão de licença de exploração na instalação ou alteração dos estabelecimentos industriais, é devido o pagamento de uma taxa da responsabilidade do industrial.

2 — O montante da taxa referida no número anterior é fixado por portaria conjunta dos membros do Governo Regional com competência em matéria de finanças e de indústria.

3 — As despesas a realizar com colheitas de amostras, ensaios laboratoriais ou quaisquer outras avaliações para apreciação das condições do exercício da atividade de um estabelecimento, bem como quaisquer despesas com serviços de peritagem, constituem encargo das entidades que as tenham promovido, salvo se decorrerem de obrigações legais, ou se se verificar inobservância das prescrições técnicas obrigatórias, casos em que os encargos são suportados pelo industrial.

4 — As despesas relacionadas com o corte e restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, água ou comunicações constituem encargo do industrial.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 21.º

Norma revogatória

1 — São revogados:

a) O Decreto Legislativo Regional n.º 1/84/A, de 6 de janeiro;

b) O Decreto Legislativo Regional n.º 14/88/A, de 6 de abril;

c) O Decreto Regulamentar Regional n.º 35/83/A, de 12 de agosto;

d) O Decreto Regulamentar Regional n.º 21/86/A, de 27 de junho.

2 — A Portaria n.º 16/93, de 22 de abril, mantém-se em vigor até à entrada em vigor da portaria prevista no n.º 2 do artigo 20.º do presente diploma.

Artigo 22.º

Regulamentação

1 — O presente diploma será regulamentado no prazo de 60 dias a contar da sua publicação.

2 — No âmbito da regulamentação aplicável serão desenvolvidas as medidas necessárias à desmaterialização dos procedimentos previstos no presente diploma e à respetiva tramitação eletrónica.

Artigo 23.º

Entrada em vigor

O presente diploma produz efeitos com a entrada em vigor da sua regulamentação.

Aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 15 de dezembro de 2011.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 30 de dezembro de 2011.

Publique-se.

O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *Pedro Manuel dos Reis Alves Catarino*.

ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º)

Grupo	Classe	Subclasse	Designação
Secção B — Indústrias extrativas			
081	0812	08121	Pedra britada.
Secção C — Indústrias transformadoras			
Divisão 10 — Indústrias alimentares			
101	1011	10110	Abate de gado (produção de carne).
	1012	10120	Abate de aves (produção de carne).
	1013	10130	Fabricação de produtos à base de carne.
102	1020	10201	Preparação de produtos da pesca e da aquicultura.
		10202	Congelação de produtos da pesca e da aquicultura.
		10203	Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos.
102	1020	10204	Salga, secagem e outras atividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura.
103	1031	10310	Preparação e conservação de batatas.
	1032	10320	Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas.
	1039	10391	Congelação de frutos e de produtos hortícolas.
		10392	Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas.
		10393	Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada.
		10394	Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis.
		10395	Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos.
104	1041	10411	Produção de óleos e gorduras animais brutos.
		10412	Produção de azeite.
		10413	Produção de óleos vegetais brutos (exceto azeite).
		10414	Refinação de azeite, óleos e gorduras.
	1042	10420	Fabricação de margarinas e de gorduras alimentares similares.
105	1051	10510	Indústrias do leite e derivados.
	1052	10520	Fabricação de gelados e sorvetes.
106	1061	10611	Moagem de cereais.
		10612	Descasque, branqueamento e outros tratamentos do arroz.
		10613	Transformação de cereais e leguminosas, n. e.
	1062	10620	Fabricação de amidos, féculas e produtos afins.
107	1071	10711	Panificação.
		10712	Pastelaria.
	1072	10720	Fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pastelaria de conservação.
	1073	10730	Fabricação de massas alimentícias, cuscuz e similares.
108	1081	10810	Indústria do açúcar.
108	1082	10821	Fabricação de cacau e de chocolate.
		10822	Fabricação de produtos de confeitaria.
	1083	10830	Indústria do café e do chá.
	1084	10840	Fabricação de condimentos e temperos.
	1085	10850	Fabricação de refeições e pratos pré-cozinhados.
	1086	10860	Fabricação de alimentos homogeneizados e dietéticos.
	1089	10891	Fabricação de fermentos, leveduras e adjuvantes para a panificação e pastelaria.
		10892	Fabricação de caldos, sopas e sobremesas.
		10893	Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n. e.
			Incluindo as seguintes atividades: tratamento, liofilização e conservação de ovos e ovíprodutos; centros de inspeção e classificação de ovos.

Grupo	Classe	Subclasse	Designação
109	1091	10911	Fabricação de pré-misturas.
		10912	Fabricação de alimentos para animais de criação (exceto para aquicultura).
		10913	Fabricação de alimentos para aquicultura.
	1092	10920	Fabricação de alimentos para animais de companhia.
Divisão 11 — Indústrias das bebidas			
110	1101	11011	Fabricação de aguardentes preparadas.
		11012	Fabricação de aguardentes não preparadas.
		11013	Produção de licores e de outras bebidas destiladas.
	1102	11021	Produção de vinhos comuns e licorosos.
		11022	Produção de vinhos espumantes e espumosos.
	1103	11030	Fabricação de cidra e de outras bebidas fermentadas de frutos.
110	1104	11040	Fabricação de vermute e de outras bebidas fermentadas não destiladas.
110	1105	11050	Fabricação de cerveja.
			Exceto fabrico de cerveja em estabelecimentos de bebidas para consumo local.
	1106	11060	Fabricação de malte.
	1107	11071	Engarrafamento de águas minerais naturais e de nascente.
		11072	Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, n. e.
Divisão 12 — Indústrias do tabaco			
120	1200	12000	Indústrias do tabaco
Divisão 13 — Fabricação de têxteis			
131	1310	13101	Preparação e fiação de fibras do tipo algodão.
		13102	Preparação e fiação de fibras do tipo lã.
		13103	Preparação e fiação da seda e preparação e texturização de filamentos sintéticos e artificiais.
		13104	Preparação de linhas de costura.
		13105	Preparação e fiação de linho e outras fibras têxteis.
132	1320	13201	Tecelagem de fio algodão.
		13202	Tecelagem de fio do tipo lã.
		13203	Tecelagem de fio do tipo seda e de outros têxteis.
133	1330	13301	Branqueamento e tingimento.
		13302	Estampagem.
		13303	Acabamento de fios, tecidos e artigos têxteis, n. e.
139	1391	13910	Fabricação de tecidos de malha.
		13920	Fabricação de artigos têxteis confeccionados, exceto vestuário.
		13930	Fabricação de tapetes e carpetes.
	1394	13941	Fabricação de cordoaria.
		13942	Fabricação de redes.
	1395	13950	Fabricação de não tecidos e respetivos artigos, exceto vestuário.
	1396	13961	Fabricação de passamanarias e sirgarias.
		13962	Fabricação de têxteis para uso técnico e industrial, n. e.
	1399	13991	Fabricação de bordados.
		13993	Fabricação de outros têxteis diversos, n. e.
Divisão 14 — Indústria do vestuário			
141	1411	14110	Confeção de vestuário em couro, exceto confeção por medida.
	1412	14120	Confeção de vestuário de trabalho, exceto confeção por medida.
	1413	14131	Confeção de outro vestuário exterior em série.
		14132	Confeção de outro vestuário exterior por medida.
		14133	Atividades de acabamentos de artigos de vestuário, exceto confeção por medida.
	1414	14140	Confeção de vestuário interior, exceto confeção por medida.
	1419	14190	Confeção de outros artigos e acessórios de vestuário, exceto confeção por medida.
142	1420	14200	Fabricação de artigos de peles com pelo.
143	1431	14310	Fabricação de meias e similares de malha.
	1439	14390	Fabricação de outro vestuário de malha.
Divisão 15 — Indústria do couro e dos produtos do couro			
151	1511	15111	Curtimenta e acabamento de peles sem pelo.
		15112	Fabricação de couro reconstituído.
		15113	Curtimenta e acabamento de peles com pelo.
151	1512	15120	Fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correeiro e de seleiro.
152	1520	15201	Fabricação de calçado.
		15202	Fabricação de componentes para calçado.
Divisão 16 — Indústria da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria			
161	1610	16101	Serração de madeira.
		16102	Impregnação de madeira.
162	1621	16211	Fabricação de painéis de partículas de madeira.
		16212	Fabricação de painéis de fibras de madeira.
		16213	Fabricação de folheados, contraplacados, lamelados e de outros painéis.

Grupo	Classe	Subclasse	Designação
162	1622 1623 1624 1629	16220 16230 16240 16291 16292 16293 16294 16295	Parqueteria. Fabricação de outras obras de carpintaria para a construção. Fabricação de embalagens de madeira. Fabricação de outras obras de madeira, exceto arte de soqueiro e tamanqueiro. Fabricação de obras de cestaria e de espartaria. Indústria de preparação de cortiça. Fabricação de rolhas de cortiça. Fabricação de outros produtos de cortiça.
Divisão 17 — Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos			
171 172 172	1711 1712 1721 1722 1723 1724 1729	17110 17120 17211 17212 17220 17230 17240 17290	Fabricação de pasta. Fabricação de papel e de cartão (exceto canelado). Fabricação de papel e de cartão canalizados (inclui embalagens). Fabricação de outras embalagens de papel e de cartão. Fabricação de artigos de papel para uso doméstico e sanitário. Fabricação de artigos de papel para papelaria. Fabricação de papel de parede. Fabricação de outros artigos de pasta de papel, de papel, e de cartão.
Divisão 18 — Impressão e reprodução de suportes gravados			
181	1812	18120 18130 18140 18200	Outra impressão. Atividades de preparação da impressão e de produtos <i>media</i> . Encadernação e atividades relacionadas. Reprodução de suportes gravados.
Divisão 19 — Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis			
191 192	1910 1920	19100 19201 19202 19203	Fabricação de produtos de coqueria. Fabricação de produtos petrolíferos refinados. Fabricação de produtos petrolíferos a partir de resíduos. Fabricação de briquetes e aglomerados de hulha e lenhite.
Divisão 20 — Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos			
201 202 203 204 205 206	2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2020 2030 2041 2042 2052 2053 2059 2060	20110 20120 20130 20141 20142 20143 20144 20151 20152 20160 20170 20200 20301 20302 20303 20411 20412 20420 20510 20520 20530 20591 20592 20593 20594 20600	Fabricação de gases industriais. Fabricação de corantes e pigmentos. Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos de base. Fabricação de resinosos e seus derivados. Fabricação de carvão (vegetal e animal) e produtos associados. Fabricação de álcool etílico de fermentação. Fabricação de outros produtos químicos orgânicos de base, n. e. Fabricação de adubos químicos ou minerais e de compostos azotados. Fabricação de adubos orgânicos e organo-minerais. Fabricação de matérias plásticas sob formas primárias. Fabricação de borracha sintética sob formas primárias. Fabricação de pesticidas e de outros produtos agroquímicos. Fabricação de tintas (exceto impressão), vernizes, mástiques e produtos similares. Fabricação de tintas de impressão. Fabricação de pigmentos preparados, composições vitrificáveis e afins. Fabricação de sabões, detergentes e glicerina. Fabricação de produtos de limpeza, polimento e proteção. Fabricação de perfumes, de cosméticos e de produtos de higiene. Fabricação de explosivos e artigos de pirotecnia. Fabricação de colas. Fabricação de óleos essenciais. Fabricação de biodiesel. Fabricação de produtos químicos auxiliares para uso industrial. Fabricação de óleos e massas lubrificantes, com exclusão da efetuada nas refinarias. Fabricação de outros produtos químicos diversos, n. e. Fabricação de fibras sintéticas ou artificiais.
Divisão 21 — Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas			
211	2110 2120	21100 21201 21202	Fabricação de produtos farmacêuticos de base. Fabricação de medicamentos. Fabricação de outras preparações e de artigos farmacêuticos.
Divisão 22 — Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas			
221	2211	22111 22112 22191 22192	Fabricação de pneus e câmaras de ar. Reconstrução de pneus. Fabricação de componentes de borracha para calçado. Fabricação de outros produtos de borracha, n. e.

Grupo	Classe	Subclasse	Designação
222	2221 2222 2223 2229	22210 22220 22230 22291 22292	Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico. Fabricação de embalagens de plástico. Fabricação de artigos de plástico para a construção. Fabricação de componentes de plástico para calçado. Fabricação de outros artigos de plástico, n. e.
Divisão 23 — Fabricação de outros produtos minerais não metálicos			
231	2311 2312 2313	23110 23120 23131 23132	Fabricação de vidro plano. Moldagem e transformação de vidro plano. Fabricação de vidro de embalagem. Cristalaria.
	2314 2319	23140 23190	Fabricação de fibras de vidro. Fabricação e transformação de outro vidro (inclui vidro técnico).
232	2320	23200	Fabricação de produtos cerâmicos refratários.
233	2331 2332	23311 23312 23321 23322 23323 23324	Fabricação de azulejos. Fabricação de ladrilhos, mosaicos e placas de cerâmica. Fabricação de tijolos. Fabricação de telhas. Fabricação de abobadilhas. Fabricação de outros produtos cerâmicos para a construção.
234	2341	23411 23412 23413	Olaria de barro. Fabricação de artigos de uso doméstico de faiança, porcelana e grés fino. Fabricação de artigos de ornamentação de faiança, porcelana e grés fino.
234	2341 2342 2343 2344 2349	23414 23420 23430 23440 23490	Atividades de decoração de artigos cerâmicos de uso doméstico e ornamental. Fabricação de artigos cerâmicos para usos sanitários. Fabricação de isoladores e peças isolantes em cerâmica. Fabricação de outros produtos em cerâmica para usos técnicos. Fabricação de outros produtos cerâmicos não refratários.
235	2351 2352	23510 23521 23522	Fabricação de cimento. Fabricação de cal. Fabricação de gesso.
236	2361 2362 2363 2364	23610 23620 23630 23640 23650 23690	Fabricação de produtos de betão para a construção. Fabricação de produtos de gesso para a construção. Fabricação de betão pronto. Fabricação de argamassas. Fabricação de produtos de fibrocimento. Fabricação de outros produtos de betão, gesso e cimento.
237	2370 2391 2399	23701 23702 23703 23910 23991 23992	Fabricação de artigos de mármore e de rochas similares. Fabricação de artigos em ardósia (lousa). Fabricação de artigos de granito e de rochas, n. e. Fabricação de produtos abrasivos. Fabricação de misturas betuminosas. Fabricação de outros produtos minerais não metálicos diversos, n. e.
Divisão 24 — Indústrias metalúrgicas de base			
241	2410	24100	Siderurgia e fabricação de ferro — ligas.
242	2420	24200	Fabricação de tubos, condutas, perfis ocos e respetivos acessórios, de aço.
243	2431 2432 2433 2434	24310 24320 24330 24340	Estiragem de ferro. Laminagem a frio de arco ou banda. Perfilagem a frio. Trefilagem a frio.
244	2441 2442 2443 2444 2445 2446	24410 24420 24430 24440 24450 24460	Obtenção e primeira transformação de metais preciosos. Obtenção e primeira transformação de alumínio. Obtenção e primeira transformação de chumbo, zinco e estanho. Obtenção e primeira transformação de cobre. Obtenção e primeira transformação de outros metais não ferrosos. Tratamento de combustível nuclear.
245	2451 2452 2453	24510 24520 24530	Fundição de ferro fundido. Fundição de aço. Fundição de metais leves.
245	2454	24540	Fundição de outros metais não ferrosos.
Divisão 25 — Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos			
251	2511 2512	25110 25120	Fabricação de estruturas de construção metálicas. Fabricação de portas, janelas e elementos similares em metal.
252	2521 2529	25210 25290	Fabricação de caldeiras e radiadores para aquecimento central. Fabricação de outros reservatórios de recipientes metálicos.
253	2530	25300	Fabricação de geradores de vapor (exceto caldeiras para aquecimento central).
254	2540	25401 25402	Fabricação de armas de caça, de desporto e defesa. Fabricação de armamento.
255	2550	25501 25502	Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados. Fabricação de produtos por pulverometalurgia.
256	2561 2562	25610 25620	Tratamento e revestimento de metais. Atividade de mecânica geral.

Grupo	Classe	Subclasse	Designação
257	2571	25710	Fabricação de cutelaria.
	2572	25720	Fabricação de fechaduras, dobradiças e de outras ferragens.
	2573	25731	Fabricação de ferramentas manuais.
		25732	Fabricação de ferramentas mecânicas.
		25733	Fabricação de peças sintetizadas.
257	2573	25734	Fabricação de moldes metálicos.
259	2591	25910	Fabricação de embalagens metálicas pesadas.
	2592	25920	Fabricação de embalagens metálicas ligeiras.
	2593	25931	Fabricação de produtos de arame.
		25932	Fabricação de molas.
		25933	Fabricação de correntes metálicas.
	2594	25940	Fabricação de rebites, parafusos e porcas.
	2599	25991	Fabricação de louça metálica e artigos de uso doméstico.
		25992	Fabricação de outros produtos metálicos diversos, n. e.
Divisão 26 — Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos			
261	2611	26110	Fabricação de componentes eletrónicos.
	2612	26120	Fabricação de placas de circuitos eletrónicos.
262	2620	26200	Fabricação de computadores e de equipamento periférico.
263	2630	26300	Fabricação de aparelhos e de equipamentos para comunicações.
264	2640	26400	Fabricação de recetores de rádio e de televisão e bens de consumo similares.
265	2651	26511	Fabricação de contadores de eletricidade, gás, água e de outros líquidos.
		26512	Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, navegação e outros fins, n. e.
	2652	26520	Fabricação de relógios e material de relojoaria.
	2660	26600	Fabricação de equipamentos de radiação, electromedicina e electroterapêuticos.
267	2670	26701	Fabricação de instrumentos e equipamentos óticos não oftálmicos.
		26702	Fabricação de material fotográfico e cinematográfico.
268	2680	26800	Fabricação de suportes de informação magnéticos e óticos.
Divisão 27 — Fabricação de equipamento elétrico			
271	2711	27110	Fabricação de motores, geradores e transformadores elétricos.
	2712	27121	Fabricação de material de distribuição e de controlo para instalações elétricas de alta tensão.
		27122	Fabricação de material de distribuição e de controlo para instalações elétricas de baixa tensão.
272	2720	27200	Fabricação de acumuladores e pilhas.
273	2731	27310	Fabricação de cabos de fibra ótica.
	2732	27320	Fabricação de outros fios e cabos elétricos e eletrónicos.
	2733	27330	Fabricação de dispositivos e acessórios para instalações elétricas, de baixa tensão.
274	2740	27400	Fabricação de lâmpadas elétricas e de outro equipamento de iluminação.
275	2751	27510	Fabricação de eletrodomésticos.
	2752	27520	Fabricação de aparelhos não elétricos para uso doméstico.
279	2790	27900	Fabricação de outro equipamento elétrico.
Divisão 28 — Fabricação de máquinas e equipamento n. e.			
281	2811	28110	Fabricação de motores e turbinas, exceto motores para aeronaves, automóveis e motocicletas.
	2812	28120	Fabricação de equipamento hidráulico e pneumático.
	2813	28130	Fabricação de outras bombas e compressores.
	2814	28140	Fabricação de outras torneiras e válvulas.
	2815	28150	Fabricação de rolamentos, de engrenagens e de outros órgãos de transmissão.
282	2821	28210	Fabricação de fornos e queimadores.
	2822	28221	Fabricação de ascensores e monta cargas, escadas e passadeiras rolantes.
		28222	Fabricação de equipamentos de elevação e de movimentação, n. e.
282	2823	28230	Fabricação de máquinas e equipamentos de escritório, exceto computadores e equipamento periférico.
	2824	28240	Fabricação de máquinas-ferramentas portáteis com motor.
	2825	28250	Fabricação de equipamento não doméstico para refrigeração e ventilação.
	2829	28291	Fabricação de máquinas de acondicionamento e de embalagem.
		28292	Fabricação de balanças e de outro equipamento para pesagem.
		28293	Fabricação de outras máquinas diversas de uso geral, n. e.
283	2830	28300	Fabricação de máquinas e de tratores para a agricultura, pecuária e silvicultura.
284	2841	28410	Fabricação de máquinas-ferramentas para metais.
	2849	28490	Fabricação de outras máquinas-ferramentas.
289	2891	28910	Fabricação de máquinas para a metalurgia.
	2892	28920	Fabricação de máquinas para as indústrias extrativas e para a construção.
	2893	28930	Fabricação de máquinas para as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco.
	2894	28940	Fabricação de máquinas para as indústrias têxtil, do vestuário e do couro.
	2895	28950	Fabricação de máquinas para as indústrias do papel e do cartão.
	2896	28960	Fabricação de máquinas para as indústrias do plástico e da borracha.
	2899	28991	Fabricação de máquinas para as indústrias de materiais de construção, cerâmica e vidro.
		28992	Fabricação de outras máquinas diversas para uso específico, n. e.
Divisão 29 — Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis			
291	2910	29100	Fabricação de veículos automóveis.
292	2920	29200	Fabricação de carroçarias, reboques e semirreboques.

Grupo	Classe	Subclasse	Designação
293	2931 2932	29310 29320	Fabricação de equipamento elétrico e eletrónico para veículos automóveis. Fabricação de outros componentes e acessórios para veículos automóveis.
Secção C — Indústrias transformadoras			
Divisão 30 — Fabricação de outro equipamento de transporte			
301	3011	30111 30112	Construção de embarcações metálicas e estruturas flutuantes, exceto de recreio e desporto. Construção de embarcações não metálicas, exceto de recreio e desporto.
301	3012	30120	Construção de embarcações de recreio e desporto.
302	3020	30200	Fabricação de material circulante para caminhos de ferro.
303	3030	30300	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado.
304	3040	30400	Fabricação de veículos militares de combate.
309	3091	30910	Fabricação de motociclos.
	3092	30920	Fabricação de bicicletas e veículos para inválidos.
	3099	30990	Fabricação de outro equipamento de transporte, n. e.
Divisão 31 — Fabricação de mobiliário e de colchões			
310	3101	31010	Fabricação de mobiliário para escritório e comércio.
	3102	31020	Fabricação de mobiliário de cozinha.
	3103	31030	Fabricação de colchoaria.
	3109	31091	Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins.
		31092	Fabricação de mobiliário metálico para outros fins.
		31093	Fabricação de mobiliário de outros materiais para outros fins.
		31094	Atividades de acabamento de mobiliário.
Divisão 32 — Outras indústrias transformadoras			
321	3211	32110	Cunhagem de moedas.
	3212	32121	Fabricação de filigranas.
		32122	Fabricação de artigos de joalheria e de outros artigos de ourivesaria.
		32123	Trabalho de diamantes e de outras pedras preciosas ou semipreciosas para joalheria e uso industrial.
	3213	32130	Fabricação de bijutarias.
322	3220	32200	Fabricação de instrumentos musicais.
323	3230	32300	Fabricação de artigos de desporto.
324	3240	32400	Fabricação de jogos e de brinquedos.
325	3250	32501	Fabricação de material ótico oftálmico.
		32502	Fabricação de material ortopédico e próteses e instrumentos médico-cirúrgicos.
329	3291	32910	Fabricação de vassouras, escovas e pincéis.
	3299	32991	Fabricação de canetas, lápis e similares.
		32992	Fabricação de fechos de correr, botões e similares.
		32993	Fabricação de guarda-sóis e chapéus de chuva.
		32994	Fabricação de equipamento de proteção e segurança.
		32995	Fabricação de caixões mortuários em madeira.
329	3299	32996	Outras indústrias transformadoras diversas, n. e. com exclusão de: Arte de trabalhar flores secas; arte de trabalhar miolo de figueira e similares; arte de trabalhar gravura em metal; construção de maquetas; arte de fazer <i>abat-jours</i> ; produção manual de perucas; produção manual de flores artificiais; produção manual de adereços e enfeites de festa; arte de trabalhar cera; arte de trabalhar osso, chifre e similares; arte de trabalhar conchas; arte de trabalhar penas; arte de trabalhar escamas de peixe; arte de trabalhar materiais sintéticos; gnomónica (arte de construir relógios de sol).
Divisão 33 — Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos			
331	3311	33110	Reparação e manutenção de produtos metálicos (exceto máquinas e equipamentos).
	3312	33120	Reparação e manutenção de máquinas e equipamentos.
	3313	33130	Reparação e manutenção de equipamentos eletrónico e ótico.
	3314	33140	Reparação e manutenção de equipamento elétrico.
	3315	33150	Reparação e manutenção de embarcações.
	3316	33160	Reparação e manutenção de aeronaves e de veículos espaciais.
	3317	33170	Reparação e manutenção de outro equipamento de transporte.
	3319	33190	Reparação e manutenção de outro equipamento.
332	3320	33200	Instalação de máquinas e de equipamentos industriais.
Secção I — Alojamento, restauração e similares			
Divisão 56 — Fornecimento de refeições para eventos e outras atividades de serviço de refeições			
562	5621 5629	56210 56290	Fornecimento de refeições para eventos. Outras atividades de serviço de refeições. Apenas atividade de preparação de refeições para fornecimento e consumo em local distinto do local de preparação.